

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2014, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco. O segmento de veículos é comercializado pelo Bradesco Financiamentos e o de empréstimos consignados pela Bradesco Promotora.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 12.790 parceiros comerciais ativos em todo o País.

O segmento de empréstimos consignados é especializado em empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.949 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No 1º semestre de 2014, o Resultado Societário foi de R\$ 977,5 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 23,4 bilhões. No mês de junho de 2014, o Banco Bradesco Financiamentos pagou dividendos de R\$ 5,2 bilhões declarados na Reunião de Diretoria de 27.6.2014.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 30 de julho de 2014.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			PASSIVO		
ATIVO	2014	2013	2014	2013	
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>42.818.121</b>	<b>57.416.650</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>22.363.244</b>	<b>29.939.227</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	162	176	DEPÓSITOS (Nota 14a).....	19.904.646	26.697.566
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	23.450.866	37.993.737	Depósitos Interfinanceiros.....	19.904.158	26.697.566
Aplicações no Mercado Aberto.....	371.486	532.143	Depósitos à Vista.....	488	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	23.079.380	37.461.594	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	417	7.843
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	106.255	287.228	Recebimentos e Pagamentos a Efetuar.....	417	7.843
Carteira Própria.....	13.159	202.877	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.458.181	3.233.818
Vinculados à Prestação de Garantias.....	93.096	84.351	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemblhados.....	8.919	9.368
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	518.338	730.833	Sociais e Estatutárias.....	9.286	15.797
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	76	71	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	962.960	1.070.531
Créditos Vinculados (Nota 7a).....	442.468	694.103	Diversas (Nota 16b).....	1.477.016	2.138.122
Correspondentes.....	75.794	36.659			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8).....	16.520.579	16.264.437			
Operações de Crédito - Setor Privado.....	17.355.007	17.167.289	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>23.918.779</b>	<b>28.542.417</b>
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....	(3.942)	(902.852)	DEPÓSITOS (Nota 14a).....	21.228.168	24.965.398
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8).....	(16.088)	(24.267)	Depósitos Interfinanceiros.....	21.228.168	24.965.398
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado.....	51.439	174.940	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.690.611	3.577.019
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(47.890)	(161.994)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	3.265.693	2.835.293
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(19.635)	(37.213)	Diversas (Nota 16b).....	324.918	741.726
OUTROS CRÉDITOS.....	1.411.781	1.308.376			
Rendas a Receber (Nota 9a).....	21	170			
Diversos (Nota 9b).....	1.411.760	1.308.206	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....	<b>198.204</b>	<b>142.587</b>
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10).....	826.226	856.130	Receitas de Exercícios Futuros.....	198.204	142.587
Outros Valores e Bens.....	353.346	315.367			
Provisões para Desvalorizações.....	(174.534)	(162.711)			
Despesas Antecipadas.....	647.414	703.474	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)</b> .....	<b>23.388.556</b>	<b>27.318.891</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>25.288.535</b>	<b>25.110.879</b>	Capital:		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	48.649	66.300	- De Domiciliados no País.....	22.010.000	22.010.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	48.649	66.300	Reservas de Lucros.....	1.377.601	5.308.881
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	218	218	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	955	10
Carteira Própria.....	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8).....	19.742.491	19.721.489			
Operações de Crédito - Setor Privado.....	20.208.314	20.669.357			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....	(465.823)	(947.868)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8).....	(7.946)	(51.837)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado.....	20.982	70.830			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(23.674)	(70.880)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(8.084)	(51.837)			
OUTROS CRÉDITOS.....	4.585.735	4.379.564			
Rendas a Receber (Nota 9a).....	-	72			
Diversos (Nota 9b).....	4.585.735	4.379.492			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10).....	919.388	995.145			
Despesas Antecipadas.....	919.388	995.145			
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>1.762.127</b>	<b>3.415.593</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 11).....	465.745	445.465			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	462.305	442.036			
- No Exterior.....	244	233			
Outros Investimentos.....	12.808	12.808			
Provisões para Perdas.....	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12).....	4.326	5.516			
Outras Imobilizações de Uso.....	18.588	19.260			
Depreciações Acumuladas.....	(14.262)	(13.744)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8).....	1.280.107	2.927.663			
Bens Arrendados.....	1.834.551	3.765.717			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação.....	(574.444)	(839.054)			
DIFERIDO.....	-	46			
Gastos de Organização e Expansão.....	-	7.681			
Amortização Acumulada.....	-	(7.635)			
INTANGÍVEL (Nota 13).....	31.949	36.903			
Ativos Intangíveis.....	77.953	64.991			
Amortização Acumulada.....	(46.004)	(28.088)			
<b>TOTAL</b> .....	<b>69.868.783</b>	<b>85.943.122</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>69.868.783</b>	<b>85.943.122</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>6.309.655</b>	<b>6.392.482</b>
Operações de Crédito (Nota 8g).....	4.111.310	4.246.860
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g).....	793.130	1.219.351
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e).....	1.384.233	926.271
Resultado de Aplicações Compulsórias (Nota 7b).....	20.982	-
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>3.226.391</b>	<b>3.884.063</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b).....	2.118.248	2.013.413
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g).....	739.394	1.152.985
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f).....	368.749	717.665
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>3.083.264</b>	<b>2.508.419</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(1.315.919)</b>	<b>(1.426.950)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18).....	26.789	23.311
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18).....	93.711	87.238
Despesas de Pessoal (Nota 19).....	(80.632)	(27.120)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20).....	(437.977)	(444.448)
Despesas Tributárias (Nota 21).....	(36.363)	(150.478)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a).....	12.917	(13.835)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22).....	151.872	115.557
Outras Despesas Operacionais (Nota 23).....	(1.046.236)	(1.017.175)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>1.767.345</b>	<b>1.081.469</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)</b> .....	<b>(118.599)</b>	<b>(118.175)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>1.648.746</b>	<b>963.294</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)</b> .....	<b>(671.269)</b>	<b>(399.108)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....	<b>977.477</b>	<b>564.186</b>
Número de ações (mil) (Nota 17a).....	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	39,52	22,81

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>1.648.746</b>	<b>963.294</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	368.749	717.665
Depreciações e Amortizações.....	99.690	214.737
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	149.363	263.062
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio.....	20.227	41.201
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(12.917)	13.835
Insuficiência de Depreciação.....	636.999	921.885
Perda na Venda de Imobilizado de Uso.....	29	-
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio.....	98.343	76.910
Constituições de Outras Provisões.....	197.329	134.499
<b>Lucro líquido ajustado antes dos impostos</b> .....	<b>3.206.558</b>	<b>3.347.088</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	6.119.958	(2.358.156)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	48.178	16.751
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	(11.446)	2.087
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....	(24.534)	(694.103)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil.....	(70.705)	(1.648.493)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	340.261	(579.900)
Aumento/(Redução) em Depósitos.....	(1.195.773)	12.433.709
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(1.272.929)	(862.162)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	9.614	10.357
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(500.253)</b>	<b>(1.246.523)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b> .....	<b>6.648.929</b>	<b>8.420.655</b>
(Aumento)/Redução Em Títulos Disponível para Venda.....	-	154
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	175.371	196.829
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento.....	59.637	111.801
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio.....	(307.128)	(298.166)
Aquisição de Investimentos.....	(100)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento.....	(48.994)	(69.457)
Aplicações no Intangível.....	(5.187)	(7.386)
Dividendos Recebidos.....	104	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>(126.297)</b>	<b>(66.225)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(6.255.568)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(6.255.568)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>267.064</b>	<b>8.354.430</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	104.584	177.889
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	371.648	8.532.319
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>267.064</b>	<b>8.354.430</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>22.010.000</b>	<b>304.664</b>	<b>4.445.391</b>	<b>241</b>	<b>-</b>	<b>26.760.296</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(231)	-	(231)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	564.186	564.186
Destinações:- Reservas.....	-	28.209	530.617	-	(558.826)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(5.360)	(5.360)
<b>Saldos em 30.6.2013</b> .....	<b>22.010.000</b>	<b>332.873</b>	<b>4.976.008</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>27.318.891</b>
<b>Saldos em 31.12.2013</b> .....	<b>22.010.000</b>	<b>409.410</b>	<b>5.235.568</b>	<b>(292)</b>	<b>-</b>	<b>27.654.686</b>
Dividendos Declarados.....	-	-	(5.235.568)	-	-	(5.235.568)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	1.247	-	1.247
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	977.477	977.477
Destinações:- Reservas.....	-	48.874	919.317	-	(968.191)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(9.286)	(9.286)
<b>Saldos em 30.6.2014</b> .....	<b>22.010.000</b>	<b>458.284</b>	<b>919.317</b>	<b>955</b>	<b>-</b>	<b>23.388.556</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2014	%	2013	%	
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>6.048.443</b>	<b>285,7</b>	<b>6.765.573</b>	<b>417,2</b>	
1.1) Intermidação Financeira.....	6.309.655	357,1	6.392.482	559,6	
1.2) Prestação de Serviços.....	120.500	6,8	110.549	9,7	
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(368.749)	(20,9)	(717.665)	(62,8)	
1.4) Outras.....	(1.012.963)	(57,3)	(1.019.793)	(89,3)	
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>(2.857.642)</b>	<b>(161,7)</b>	<b>(3.166.398)</b>	<b>(277,2)</b>	
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(427.003)</b>	<b>(24,2)</b>	<b>(434.800)</b>	<b>(38,1)</b>	
Serviços de Terceiros.....	(305.858)	(17,4)	(298.995)	(26,2)	
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(3.659)	(0,2)	(3.310)	(0,3)	
Processamento de Dados.....	(43.075)	(2,4)	(30.831)	(2,7)	
Comun					

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**IV - Perdas em arrendamentos**

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

**V - Superveniência (insuficiência) de depreciação**

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em 11/11/2013, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/189, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

**g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 26.

**h) Despesas antecipadas**

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime de competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

**i) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**j) Imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**k) Intangível**

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

**l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**m) Depósitos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

**n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação ou outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

**o) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

**p) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

- São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	101	119
Aplicações em ouro	61	57
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>162</b>	<b>176</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	371.486	8.532.143
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>371.648</b>	<b>8.532.319</b>

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**
**a) Composição e prazos**

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>						
Posição bancada						
- Letras do Tesouro Nacional	371.486	-	-	-	371.486	532.143
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.452	23.060.911	16.017	48.649	23.128.029	37.527.894
<b>Total em 2014</b>	<b>373.938</b>	<b>23.060.911</b>	<b>16.017</b>	<b>48.649</b>	<b>23.499.515</b>	
%	1,6	98,1	0,1	0,2	100,0	
<b>Total em 2013</b>	<b>8.587.441</b>	<b>29.334.966</b>	<b>71.330</b>	<b>66.300</b>	<b>38.060.037</b>	<b>100,0</b>
%	22,5	77,1	0,2	0,2		

(1) A rubrica "Outros Créditos" compreende devedores por compra de valores e bens; e

(2) Registrados em Contas de Compensação.

**b) Modalidades e níveis de risco**

	Nível de risco									
	Curso anormal					Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias	2014	2013	2014	2013
<b>Operações de crédito</b>										
Empréstimos e títulos descontados	21.852	21.196	20.668	58.653	104.095	350.107	576.571	23,4	482.873	14,4
Financiamentos	115.033	104.886	104.174	294.478	481.120	760.261	1.859.952	75,3	2.767.492	82,3
<b>Subtotal</b>	<b>136.885</b>	<b>126.082</b>	<b>124.842</b>	<b>353.131</b>	<b>585.215</b>	<b>1.110.368</b>	<b>2.436.523</b>	<b>98,7</b>	<b>3.250.365</b>	<b>96,7</b>
Operações de arrendamento mercantil	2.810	2.405	2.274	5.971	8.106	10.831	32.397	1,3	111.987	3,3
<b>Subtotal</b>	<b>139.695</b>	<b>128.487</b>	<b>127.116</b>	<b>359.102</b>	<b>593.321</b>	<b>1.121.199</b>	<b>2.468.920</b>	<b>100,0</b>	<b>3.362.352</b>	<b>100,0</b>
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>139.695</b>	<b>128.487</b>	<b>127.116</b>	<b>359.102</b>	<b>593.321</b>	<b>1.121.199</b>	<b>2.468.920</b>	<b>100,0</b>	<b>3.362.352</b>	<b>100,0</b>
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.235	2,235
<b>Total em 2014</b>	<b>139.695</b>	<b>128.487</b>	<b>127.116</b>	<b>359.102</b>	<b>593.321</b>	<b>1.121.199</b>	<b>2.468.920</b>	<b>100,0</b>	<b>3.379.214</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>172.315</b>	<b>157.747</b>	<b>156.717</b>	<b>450.218</b>	<b>769.482</b>	<b>1.655.873</b>	<b>3.362.352</b>	<b>100,0</b>	<b>3.362.352</b>	<b>100,0</b>

(1) A rubrica "Outros Créditos" compreende devedores por compra de valores e bens; e

(2) Registrados em Contas de Compensação.

**c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Nível de risco									
	Curso anormal					Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias	2014	2013	2014	2013
<b>Operações de crédito</b>										
Empréstimos e títulos descontados	8.050	17.394.928	175.804	138.007	73.407	52.728	43.746	33.705	182.963	18.103.338
Financiamentos	50.160	17.032.847	632.740	663.867	257.379	137.760	104.494	79.898	500.838	19.459.983
<b>Subtotal</b>	<b>58.210</b>	<b>34.427.775</b>	<b>808.544</b>	<b>801.874</b>	<b>330.786</b>	<b>190.488</b>	<b>148.240</b>	<b>113.603</b>	<b>683.801</b>	<b>37.563.321</b>
Operações de arrendamento mercantil	757	146.002	33.639	12.060	7.377	3.163	4.357	3.421	15.816	226.592
<b>Subtotal</b>	<b>58.967</b>	<b>34.573.777</b>	<b>842.183</b>	<b>813.934</b>	<b>338.163</b>	<b>193.651</b>	<b>152.597</b>	<b>117.024</b>	<b>699.617</b>	<b>37.789.913</b>
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 2014</b>	<b>58.967</b>	<b>34.573.777</b>	<b>842.183</b>	<b>813.934</b>	<b>338.163</b>	<b>193.651</b>	<b>152.597</b>	<b>117.024</b>	<b>699.617</b>	<b>37.789.913</b>
%	0,2	91,5	2,2	0,2	2,1	0,3	0,4	0,3	1,9	100,0
<b>Total em 2013</b>	<b>439</b>	<b>34.132.955</b>	<b>1.123.032</b>	<b>1.000.568</b>	<b>407.065</b>	<b>263.792</b>	<b>228.897</b>	<b>189.713</b>	<b>1.122.951</b>	<b>38.469.052</b>
%	-	88,7	2,9	2,6	1,1	0,7	0,6	0,5	2,9	100,0

**d) Concentração das operações de crédito**

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Maior devedor	3.986	-	3.325	-
Dez maiores devedores	29.191	0,1	29.322	0,1
Vinte maiores devedores	47.573	0,1	49.968	0,1
Cinquenta maiores devedores	83.621	0,2	93.891	0,2
Cem maiores devedores	127.541	0,3	144.272	0,4

**e) Setor de atividade econômica**

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
<b>Setor privado</b>	<b>37.789.913</b>	<b>100,0</b>	<b>38.469.052</b>	<b>100,0</b>
Indústria	195.260	0,4	247.435	0,5
Comércio	583.610	1,6	887.179	2,4
Intermediário financeiro	35	-	1.312	-
Serviços	877.458	2,3	1.054.876	2,8
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	23.597	0,1	33.442	0,1
Pessoas físicas	36.109.953	95,6	36.244.808	94,2
<b>Total</b>	<b>37.789.913</b>	<b>100,0</b>	<b>38.469.052</b>	<b>100,0</b>

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Saldo inicial	1.588.179	2.170.113
Constituição líquida de reversão	368.749	717.665
Baixas para prejuízo	(628.958)	(948.008)
<b>Saldo final</b>	<b>1.327.970</b>	<b>1.939.770</b>
- Provisão específica (1)	955.992	1.495.125
- Provisão genérica (2)	199.432	206.810
- Provisão excedente (3)	172.546	237.835
<b>Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)</b>	<b>246.654</b>	<b>192.982</b>

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 6c); e

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

**b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:</b>		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	9.937	7.926
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.367.160	902.030
<b>Total (Nota 6e)</b>	<b>1.377.097</b>	<b>909.956</b>

**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**
**a) Composição da carteira por emissor**

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2014		2013			
	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Marcação a mercado
<b>Títulos públicos</b>						
Letras financeiras do tesouro	4.192	94.1				

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**
**a) Rendas a receber**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Dividendos.....	21	242
<b>Total</b> .....	<b>21</b>	<b>242</b>

**b) Diversos**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	2.985.022	3.391.043
Devedores por depósitos em garantia.....	2.126.672	1.774.287
Impostos e contribuições a compensar.....	369.475	236.249
Devedores diversos.....	264.497	181.542
Prêmio em operações de cessão de crédito (1).....	171.501	49.681
Títulos e créditos a receber.....	51.599	39.643
Adiantamentos para pagamentos.....	24.780	11.262
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	27	69
<b>Total</b> .....	<b>5.997.495</b>	<b>5.687.698</b>

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

**10) OUTROS VALORES E BENS**
**a) Bens não de uso próprio**

	Custo	Provisão para perdas		Em 30 de junho - R\$ mil	
		2014	2013	Custo líquido de provisão	2014
Imóveis.....	1.339	(454)	-	885	885
Bens em regime especial.....	810	(810)	-	-	-
Veículos e afins.....	350.446	(172.546)	-	177.900	151.744
Máquinas e equipamentos.....	711	(711)	-	-	-
Outros.....	40	(13)	-	27	27
<b>Total em 2014</b> .....	<b>353.346</b>	<b>(174.534)</b>	-	<b>178.812</b>	<b>152.656</b>
<b>Total em 2013</b> .....	<b>315.367</b>	<b>(162.711)</b>	-	-	-

**b) Despesas antecipadas**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Comissões sobre empréstimos - consignados.....	1.181.859	1.175.345
Comissões sobre financiamento - veículos.....	304.668	442.990
Prêmios de seguro sobre créditos concedidos.....	-	88
Outras.....	80.275	80.196
<b>Total</b> .....	<b>1.566.802</b>	<b>1.698.619</b>

**11) INVESTIMENTOS**

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
<b>Ramo financeiro</b>										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	25.500	46.224	-	25.500	99,999	1.252	46.224	43.902	1.252	807
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	5.700	10.262	-	5.700	99,999	231	10.262	9.828	231	132
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil..	13.500	27.038	127.700	-	100,000	719	27.038	336.789	719	6.647
Banco Bradesco Europa S.A.....	591.041	901.173	1	-	0,027137	21.385	244	233	6	7
<b>Outras atividades</b>										
BF Promotora de Vendas Ltda.....	426.220	377.180	-	426.220	99,9999	10.729	377.180	49.949	10.729	(21.442)
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.150	1.201	-	6	100,000	(5)	1.201	1.168	(5)	(3)
Outras Participações	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)	17
<b>Total de investimentos...</b>							<b>462.549</b>	<b>442.269</b>	<b>12.917</b>	<b>(13.835)</b>

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

**b) Outros investimentos**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	2	2
Outros investimentos.....	590	590
<b>Subtotal</b> .....	<b>12.808</b>	<b>12.808</b>
Provisão para perdas.....	(9.612)	(9.612)
<b>Total</b> .....	<b>3.196</b>	<b>3.196</b>

12) IMOBILIZADO DE USO Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	2014
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	6.865	(3.959)	2.906	3.555
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.139	(935)	204	272
Sistemas de processamento de dados.....	20%	10.584	(9.368)	1.216	1.689
<b>Total em 2014</b> .....		<b>18.588</b>	<b>(14.262)</b>	<b>4.326</b>	<b>5.516</b>
<b>Total em 2013</b> .....		<b>19.260</b>	<b>(13.744)</b>		

**13) INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 30 de junho de 2014 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 31.949 mil (2013 - R\$ 36.903 mil).

**14) DEPÓSITOS**
**a) Depósitos**

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros.....	1.495.854	10.209.071	8.199.233	21.228.168	41.132.326
Depósitos à vista.....	488	-	-	-	488
<b>Total em 2014</b> .....	<b>1.496.342</b>	<b>10.209.071</b>	<b>8.199.233</b>	<b>21.228.168</b>	<b>41.132.814</b>
%.....	3,7	24,8	19,9	51,6	100,0
<b>Total em 2013</b> .....	<b>9.544.089</b>	<b>9.457.163</b>	<b>7.696.314</b>	<b>24.965.398</b>	<b>51.662.964</b>
%.....	18,5	18,3	14,9	48,3	100,0

**b) Despesas de captação**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Depósitos interfinanceiros.....	2.118.248	2.013.413
<b>Total</b> .....	<b>2.118.248</b>	<b>2.013.413</b>

**15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**
**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A empresa é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

**II - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

**As principais questões são:**

Cofins - R\$ 1.378.538 mil (2013 - R\$ 1.779.179 mil); Pletiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e

IRPJ - Perdas de Crédito - R\$ 268.134 mil (2013 - R\$ 237.796 mil); Pletiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas nos anos-base 2002 no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

**IV - Movimentação das provisões**

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
<b>Saldo no início do 1º semestre de 2014</b> .....	<b>28.889</b>	<b>80.664</b>	<b>1.949.923</b>
Atualização monetária.....	1.198	4.804	22.079
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(1.225)	53.124	69.363
Pagamentos.....	(532)	(64.135)	(4.263)
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 16)</b> .....	<b>28.330</b>	<b>74.457</b>	<b>2.037.122</b>
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2013 (Nota 16)</b> .....	<b>28.590</b>	<b>81.591</b>	<b>2.319.096</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 78.321 mil.

**16) OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões para riscos fiscais (Nota 15b).....	2.037.122	2.319.096
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	779.289	777.362
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	441.138	746.400
Impostos e contribuições a recolher.....	71.104	62.966
<b>Total</b> .....	<b>3.328.653</b>	<b>3.905.824</b>

**b) Diversas**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	1.037.202	2.308.208
Credores diversos.....	601.686	424.160
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b).....	102.787	110.181
Provisão para pagamentos a efetuar.....	60.259	37.299
<b>Total</b> .....	<b>1.801.934</b>	<b>2.879.848</b>

**17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2013 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

**b) Reserva de lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>1.377.601</b>	<b>5.308.881</b>
- Reserva legal (1).....	458.284	332.873
- Reserva estatutária (2).....	919.317	4.976.008

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

As acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	977.477	564.186
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(48.874)	(28.209)
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>928.603</b>	<b>535.977</b>
Dividendos propostos.....	9.286	5.360
<b>Percentual em relação ao lucro líquido ajustado</b> .....	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Valor em reais por lote de mil ações</b> .....	<b>0,38</b>	<b>0,22</b>

Em 27 de junho de 2014 foi deliberado em Ata da Reunião da Diretoria a provisão e pagamento de dividendos de R\$ 5.235.568 mil à conta de "Reserva de Lucros - Estatutária".

**18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de cadastro.....	93.711	87.238
Taxa de avaliação/substituição de bem.....	25.963	22.451
Taxa de aditamento de contratos.....	793	803
Outras.....	53	57
<b>Total</b> .....	<b>120.500</b>	<b>110.549</b>

**19) DESPESAS DE PESSOAL**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos.....	40.792	8.919
Encargos sociais.....	15.220	3.365
Benefícios.....	11.439	3.670
Participação dos empregados nos lucros.....	11.319	3.982
Provisão para processos trabalhistas.....	1.527	7.068
Treinamento.....	435	116
<b>Total (1)</b> .....	<b>80.632</b>	<b>27.120</b>

(1) Em 2014, inclui o efeito da incorporação das atividades da controlada BF Promotora de Vendas Ltda.

**20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços técnicos especializados.....	202.243	224.255
Serviços de terceiros e do sistema financeiro.....	111.653	82.265
Processamento de dados.....	43.075	30.831
Custas de processo de cobrança.....	21.420	



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As Administradores do

**Banco Bradesco Financiamentos S.A.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

f) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
  - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
  - O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.
- A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.
- g) A Circular nº 3.693/13 do BACEN estabeleceu os novos procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País, que entrará em vigor a partir de 2 de janeiro de 2015:
- A parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou de arrendamento mercantil deve ser reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas; e
  - A parcela da remuneração referente aos serviços prestados após à originação de operações de crédito ou de arrendamento mercantil deve ser reconhecida como despesa *pro rata temporis* ao longo do prazo do contrato. No caso de baixa da operação decorrente de venda ou de transferência, a remuneração remanescente devida deve ser integralmente reconhecida como despesa.

h) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2014.

## DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 30 de julho de 2014

Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0